DOI: http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v12n34p23-39

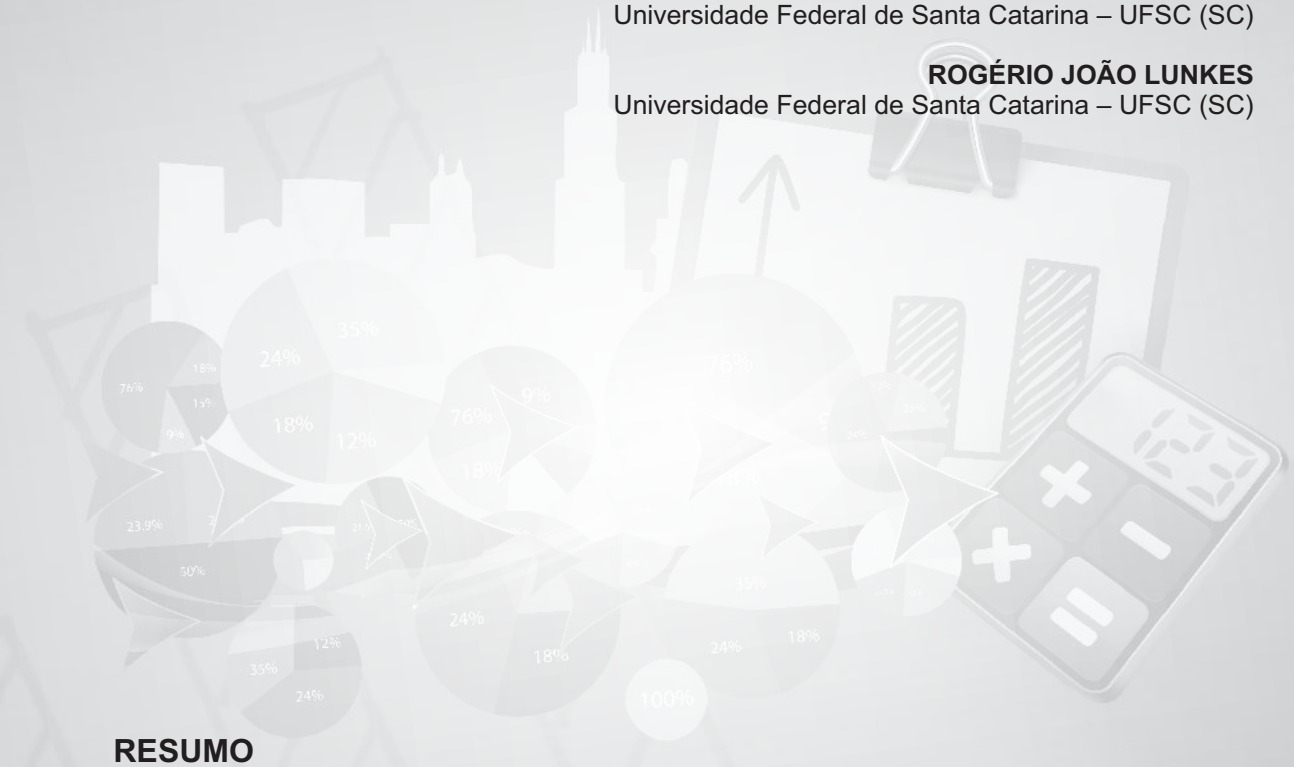
ANÁLISE DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA ORIGINADA PELAS EMPRESAS QUE COMPÕEM O IBOVESPA POR MEIO DA DVA

ANALYSIS OF THE GENERATION AND DISTRIBUTION OF WEALTH GENERATED BY COMPANIES THAT MAKE UP THE IBOVESPA THROUGH DVA

FÁBIO KLÖPPEL
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (SC)

DARCI SCHNORRENBERGER
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (SC)

ROGÉRIO JOÃO LUNKES
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (SC)



RESUMO

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA - tornou-se obrigatória com a Lei 11.638/07 e ficou conhecida por apresentar, no mesmo documento, informações de natureza econômica: geração de riqueza; e social: distribuição de riqueza. Com isso, a presente pesquisa tem por objetivo verificar como ocorre a geração e a distribuição do valor adicionado. A amostra é constituída de 36 empresas que compõem o IBOVESPA, representando os setores de Construção e Transporte, Financeiros e Outros, Materiais Básicos, Telecomunicações e Utilidade Pública. Para isto, foram analisadas as DVAs publicadas nos exercícios de 2007 a 2010. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental, com abordagem quanti e qualitativa, realizada com o auxílio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados demonstram, na média do período, que o setor Financeiro foi o que mais gerou riqueza (92,6%) com a atividade fim e o setor de Construção e Transportes o que menos gerou (81,3%). Em relação à destinação da riqueza gerada no período, mais da metade dos setores destinaram a maior parte da riqueza para o Governo, com destaque para o setor de Telecomunicações (60,1%). No geral, constata-se que os setores destinaram 38,5% da riqueza para remuneração do Governo; 24,8% para a Remuneração de Capital Próprio; 19,5% para Capital de Terceiros e 17,2% para remuneração dos Colaboradores.

Palavras-Chave: Demonstração do Valor Adicionado. Riqueza gerada. Distribuição da riqueza.

ABSTRACT

The Value Added Statement - VAS - became mandatory with the Law 11.638/07 and it has become known to show, on the same statement, information of economic nature: the generation of wealth; as well as social naturel: the distribution of wealth. Thus, this research aims at verifying how the generation and distribution of added value occurs. The sample consists of 36 companies that comprise the Bovespa Index, representing the Construction, Transportation, Financial, and other sectors, as well as Basic Materials, Telecommunications and Utilities. For this, the VAS's published within the years 2007 and 2010 were analyzed. The research is characterized as descriptive, bibliographical, with quantitative and qualitative approach, carried out with the help of the content analysis techinique. The results demonstrate, in the average of the period, that the Financial sector was the one which has created wealth (92.6%) with the core business and the sector of Construction and Transportation generated the least (81.3%). Regarding the allocation of wealth generated in the period, more than half of the sectors allocated most of the wealth for the government, especially the telecommunications sector (60.1%). Overall, it appears that the sectors allocated 38.5% of the wealth to pay the government, 24.8% to Pay Equity, 19.5% for Third-Party Capital and 17.2% for compensation of employees.

Keywords: *Value Added Statement. Wealth generated. Wealth Distribution.*

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a contabilidade é conhecida como uma ciência especializada em gerar informações úteis para seus usuários, sejam econômicas ou financeiras. Este é seu propósito e razão de ser, ou seja, prover informações que auxiliem no processo decisório e na gestão das organizações.

Estas informações são evidenciadas, principalmente, por meio das demonstrações e relatórios contábeis. A Lei 6.404/76 exigia a elaboração e publicação de cinco demonstrações, com forte enfoque na gestão financeira e nos acionistas.

Em 2007, a Lei 11.638 criou a obrigatoriedade da elaboração e publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), esta conhecida por gerar mais informações úteis a diversos usuários.

Para Souza et al (2008), a DVA é uma demonstração que contribui para a exibição e avaliação dos benefícios sócio econômicos gerados por uma entidade, evidenciando a capacidade de geração de riqueza e sua distribuição aos agentes que contribuíram para a sua obtenção, como o corpo funcional, os governos, os financiadores externos e os proprietários.

Com isso, ela ganhou *status* de demonstração, que não só atende aos aspectos econômicos como também aos sociais. Santos (2007) explica que este relatório contábil foi a melhor forma criada pela contabilidade para apresentar ambas as informações em uma única demonstração.

Neste contexto, emerge a questão problema que norteia a pesquisa: Como ocorre a geração e a distribuição do valor adicionado das empresas brasileiras de capital aberto? Esta reflexão leva ao objetivo da pesquisa, que consiste em verificar como ocorre a geração e a distribuição do valor adicionado das empresas que compuseram o IBOVESPA, no segundo quadrimestre de 2010, por meio da publicação da DVA no período de 2007 a 2010.

A investigação se justifica pela relevância e utilidade de se conhecer o comportamento de grandes empresas em termos de geração e distribuição da riqueza, proporcionando, dessa forma, mais subsídios para o apoio à tomada de decisão dos diferentes públicos que com elas interagem, suporte, este que vai desde a analise para projetos internos até a definição de políticas governamentais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Valor Adicionado

O conceito de valor adicionado é amplamente utilizado na economia para o cálculo do Produto Nacional Bruto - PIB. Entretanto, a contabilidade também passou a apresentar este cálculo por meio da Demonstração do Valor Adicionado.

Ambas as ciências definem valor adicionado como sendo "incremento de valor que se atribui a um bem durante o processo produtivo". (SANTOS, 2007, p. 29) Sendo assim, a riqueza total gerada por uma entidade é o resultado do somatório de todos os incrementos de uma empresa durante um período.

O valor adicionado apurado na economia e na contabilidade diverge na aplicabilidade e no cálculo. Na economia ele é empregado na apuração do produto nacional; na contabilidade, na apuração da riqueza

gerada por cada organização. Mas a grande divergência entre as ciências está no cálculo do valor adicionado, mais precisamente no reconhecimento da receita. Para Miranda et al (2002), na visão econômica independe se o produto foi comercializado pois o cálculo é realizado com base na produção; na visão contábil, o cálculo do valor adicionado leva em consideração apenas os produtos vendidos.

Com isso, percebe-se que sob o enfoque econômico existe a tendência de antecipar o reconhecimento do valor gerado pela organização, uma vez que a produção precede a venda. Estas bases de cálculo distintas geram informações diferentes para períodos curtos, mas idênticas para períodos, longos pois toda produção (enfoque econômico) será vendida (enfoque contábil), simultanea ou posteriormente.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado

Uma das modificações introduzidas pelo processo de convergências das normas contábeis brasileiras às internacionais foi em relação à obrigatoriedade de elaboração e publicação das demonstrações contábeis – DC´s. As empresas de capital aberto e de grande porte foram obrigadas a elaborar e publicar o conjunto de DC´s. Dentre elas, a DVA.

A DVA, segundo Cosenza (2002), surge como sendo uma demonstração que permite a obtenção de dados compreensíveis e transparentes a qualquer usuário da informação, independente do seu nível de conhecimento em contabilidade, devido à forma de evidenciar as informações. Por isso, De Luca (1998, p. 28) a define como sendo "um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração". Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p. 9) explicam que:

> A DVA permite, além da identificação da riqueza gerada exclusivamente pela empresa, a identificação daquela riqueza recebida em transferência, apresentando, ainda, um mapeamento de como essas riquezas são distribuídas aos seus diversos beneficiários: empregados, governo, financiadores externos e sócios ou acionistas.

Verifica-se, pois, a DVA é uma demonstração contábil que evidencia dois tipos de informação: uma de natureza econômica e outra de natureza social. (SILVA e NASCIMENTO, 2005) Esta dupla evidenciação de informações é um diferencial da DVA, e comparada com as demais demonstrações.

As informações de natureza econômica são as primeiras a serem apresentadas, permitindo obter dados em relação à capacidade de geração de valor adicionado, ou melhor, a capacidade de agregação de valor aos produtos ou serviços comercializados/ industrializados pela companhia. Ela demonstra também o valor que a empresa recebe em transferência.

A segunda parte da demonstração mostra as informações de natureza social. Ou seja, mostra como o valor adicionado foi distribuído entre os grupos: Pessoal; Impostos, Taxas e Contribuições; Remuneração de Capital de Terceiros e Remuneração de Capital Próprio.

Os termos geração de riqueza, valor adicionado e valor agregado são sinônimos nesta demonstração, sendo utilizados para representar informações em relação a quanto a empresa adiciona de valor a um produto ou serviço durante a etapa de transformação por ela realizada.

Assim, a DVA constitui-se numa demonstração contábil que possui dois focos de informação. O primeiro apresenta informações econômicas, evidenciando a capacidade de geração de valor adicionado e a riqueza recebida em transferência. O segundo, de cunho mais social, mostra como a riqueza gerada foi distribuída entre os diferentes grupos.

Para elaboração da DVA, parte das informações são encontradas na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Cosenza (2002) alerta, porém, que a DVA não tem o objetivo de substituir a DRE. Tem, sim, o propósito de atender a uma demanda informativa não suprida pelas demais DC´s. (NEVES e VICECONTI, 2002)

Para Santos (2007), a DVA é a melhor maneira criada pela contabilidade para evidenciar a geração e distribuição de riqueza de uma organização. Em parte isso se deve a sua utilidade e aplicabilidade. Santos, Chan e Silva (2007) explicam que a DVA fornece suporte para tomada de decisão na análise de investimentos, na captação de empréstimos, nos incentivos fiscais, nos estudos de viabilidade para instalação de empresas e até para decisões de financiamentos governamentais.

Além de contribuir com informações para os itens descritos, a DVA contribui com dados para a estruturação do Balanço Social. Desta forma, fica latente a forte relação da demonstração com as práticas de responsabilidade social.

2.2.1 Aspectos Legais

Até 2007, diversas empresas de capital aberto já vinham elaborando e publicando a DVA de forma voluntária, no Relatório de Administração ou nas Notas Explicativas. A publicação era incentivada pelo Parecer de Orientação CVM n° 24/1992, que sugeria a estruturação da demonstração, conforme modelo elaborado pela FIPECAFI.

Atualmente, a DVA tornou-se obrigatória com a Lei 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/76, mais precisamente nos artigos 176, inciso V, e artigo 188, inciso II, sendo que neste último artigo aparecem as informações mínimas que a demonstração deverá conter. O detalhamento foi feito pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 09, aprovado pela Deliberação CVM n° 557/2008, orientando a elaboração e a divulgação da demonstração. Já o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a NBC TG 09, ratificada pela Resolução 1.138/2008, dispondo sobre a evidenciação do valor adicionado e sua distribuição. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE; SANTOS, 2010)

Desta forma, a exemplo das demais DC´s, a DVA também possui suas regulamentações e padronizações. Estes fatos são necessários para a realização de análise, tendo em vista a comparabilidade entre as companhias.

2.2.2 Geração de Riqueza

A primeira parte da DVA apresenta detalhadamente o processo de agregação de valor, ou seja, as informações econômicas relativas à geração de riqueza. Assim, de acordo com o CPC 09, esta parte da Demonstração é composta de três grupos: Receitas; Insumos adquiridos de terceiros; e Valor adicionado recebido em transferência. Entretanto, este mesmo Pronunciamento expõe um modelo de DVA em que esta parte da demonstração, geração de riqueza, é composta de quatro grupos de informações. As divergências surgem em relação ao item Depreciação, Amortização e Exaustão, que no modelo de DVA é tratado como um quarto grupo, e não como um item do grupo Insumos adquiridos de terceiros.

O grupo Receitas compreende todas as receitas operacionais, ganhos ou perdas na baixa do imobilizado ou de investimentos, receitas referentes à construção de ativos próprios e os valores da constituição/reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O custo dos produtos, das mercadorias, dos serviços de terceiros, gastos com materiais, energia e outros, associados ás perdas/recuperação de valores dos ativos, constituem o grupo Insumos adquiridos de terceiros. Este grupo segue o princípio da competência. O resultado do grupo anterior, deduzido deste, resulta no valor adicionado bruto.

Os valores apropriados no exercício, como custo/despesa com depreciação, amortização e exaustão, dão nome ao grupo. Subtraindo este grupo do valor adicionado bruto, obtém-se o valor adicionado líquido.

O último bloco de informações desta parte é o valor recebido em transferência, que é composto pelas receitas financeiras, pelos resultados de equivalência patrimonial e pela conta genérica “outros”. Somando o valor deste grupo ao valor adicionado líquido produzido pela entidade, obtém-se o valor adicionado total a distribuir.

2.2.3 Distribuição de Riqueza

Depois de conhecer como é apurada a riqueza gerada, neste bloco busca-se conhecer como ela é distribuída entre os grupos que contribuíram para a sua geração.

O CPC 09 propõe que esta parte da DVA deve apresentar, no mínimo, informações em relação à destinação do valor adicionado para: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; juros sobre o capital próprio; e dividendos e lucros retidos/prejuízos do exercício. Ela é composta de quatro grupos que apresentam as informações mínimas necessárias. Ressalta-se que a ordem de destinação apresentada pela demonstração segue um grau de exigibilidade de remuneração. (COSENZA, 2002)

Desta forma, o valor destinado para a remuneração do corpo funcional da entidade constitui o primeiro grupo, denominado Pessoal (Pes.). Compreende todas as informações relacionadas à remuneração direta, como: salários, 13° salário, férias, comissões, horas extras, participação nos resultados, os benefícios concedidos como assistência médica, alimentação, transporte e, por último, os valores dos depósitos relacionados ao FGTS, etc.

O valor repassado para os governos federal, estadual e municipal constitui o segundo grupo de remuneração, denominado Impostos, Taxas e Contribuições (ITC). Neste grupo os tributos são segregados por esferas do governo.

O terceiro grupo, denominado Remuneração de Capital de Terceiros (RCT), traz informações sobre a remuneração dos financiadores externos. Está subdivido nos itens juros, aluguéis e outros. O primeiro item abrange os valores reconhecidos no período, a título de despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos; o segundo, os valores dos aluguéis, inclusive os arrendamentos operacionais;

e o terceiro, os valores dos *royalties*, franquias e direitos autorais, entre outros.

O último grupo da distribuição do valor adicionado é a Remuneração de Capitais Próprios (RCP). Neste são apresentadas informações em relação à remuneração dos acionistas e sócios, e a parte da riqueza retida na empresa. O modelo apresentado pelo CPC 09 está subdividido em: juros sobre o capital próprio, dividendos, lucros retidos/prejuízo do exercício, e participação dos não controladores nos lucros retidos.

Assim, por meio destes macrogrupos, pode-se visualizar como foi distribuída a riqueza gerada entre todos os que contribuíram de alguma maneira para a sua geração.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Enquadramento Metodológico

Para alcançar o objetivo de verificar a capacidade de geração e respectiva destinação da riqueza das empresas do IBOVESPA, a presente pesquisa se caracteriza como descritiva. Para Gil (2007), este tipo de pesquisa busca apresentar as peculiaridades de uma população ou fenômeno ou verificar relações entre os itens em análise.

Como os dados foram obtidos no *site* da BM&FBOVESPA, mais especificamente numa das demonstrações contábeis de cada companhia, em termos de classificação da coleta dos dados trata-se de dados secundários, pois são informações "obtidas de livros, revistas, jornais, publicações avulsas", conforme explicam Marconi e Lakatos (2007, p. 58), ou seja, são dados disponíveis e acessíveis a todos os interessados.

Após delimitar o objetivo e coletar os dados é necessário traçar a forma pela qual eles serão analisados. Neste trabalho serão calculadas a média aritmética simples, o desvio padrão, seguido da análise dos resultados. Em virtude dos itens empregados, ela se classifica, em relação à abordagem do problema, como uma pesquisa quanti e qualitativa, pois ocorre aplicação de recursos e técnicas estatísticas seguida de análise e interpretação dos resultados. (MENEZES E SILVA, 2001)

Em relação à natureza do trabalho, enquadra-se como pesquisa documental. Para sua realização será empregada a técnica de Análise de Conteúdo, técnica esta que consiste na interpretação e análise dos dados. (GIL, 2007)

Ressalta-se que as informações serão analisadas por setor e empresa, compreendendo a média do setor e os resultados obtidos com o cálculo do desvio padrão.

3.2 População e Amostra

Inicialmente, a população da pesquisa eram todas as empresas que compunham o Índice Bovespa no segundo quadrimestre de 2010. Entretanto, apenas 46 empresas estavam aptas a compor a amostra, pois as demais não publicaram a DVA no período ou em algum dos anos do período estudado (2007 a 2010), sendo este fator limitante da amostra.

Tendo em vista a realização do estudo segregado por setores da economia, conforme classificação da Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo, nem todas as 46 companhias estavam aptas a compor a amostra final. O fato justifica-se pela exclusão dos setores que estavam representados por menos de três empresas. Portanto, este trabalho não compreenderá os setores "Bens Industriais", "Petróleo, Gás e Biocombustíveis", "Consumo Cíclico" e "Consumo não Cíclico". Assim, a amostra final do estudo ficou composta de 36 empresas, distribuídas em cinco setores da economia. As empresas e os respectivos setores serão apresentados no transcorrer do próximo tópico.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção visa a apresentar os resultados da pesquisa. Para isto, as informações são segregadas por setores econômicos, abordando primeiro a geração de riqueza, seguindo-se a análise da distribuição. Por último, é realizada uma análise comparativa dos setores.

4.1.1 Construção e Transporte

A DVA evidencia, em sua primeira parte, o processo de formação de riqueza. Nesta etapa, as contas "Valor adicionado líquido produzido pela entidade" (VALP) e "Valor adicionado recebido em transferência" (VART), somadas, resultam no valor adicionado total a distribuir, ou seja, a riqueza total gerada e obtida pela organização, no período. A Tabela 1 apresenta quanto o setor agregou e recebeu de riqueza no período.

Tabela 1 – Geração de riqueza do setor de Construção e Transportes

Empresas	VALP (%)				VART (%)			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
CYRELA REALT	75,2	93,4	86,0	88,6	24,8	6,6	14,0	11,4
GAFISA	79,7	53,4	85,2	91,0	20,3	46,6	14,8	9,0
MRV	76,4	90,6	92,1	90,9	23,6	9,4	7,9	9,1
ROSSI RESID	83,1	93,0	89,0	87,6	16,9	7,0	11,0	12,4
CCR SA	94,0	91,6	86,8	86,0	6,0	8,4	13,2	14,0
GOL	70,4	70,6	62,9	76,0	29,6	29,4	37,1	24,0
TAM S/A	72,5	72,4	66,1	72,8	27,5	27,6	33,9	27,2
Média	**78,8**	**80,7**	**81,2**	**84,7**	**21,2**	**19,3**	**18,8**	**15,3**
Desvio Padrão	8,0	15,5	11,6	7,3	8,0	15,5	11,6	7,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a Tabela 1 constata-se que, em termos de geração de riqueza própria, 2010 foi um ano em que praticamente todas as empresas apresentaram evolução no percentual da riqueza gerada pela atividade principal comparada a 2007. A GAFISA foi quem apresentou o maior percentual de geração de riqueza com a sua atividade fim, no ano de 2010 (91%), sendo este um exercício atípico para a empresa. Em termos monetários, a CCR RODOVIAS é a empresa que mais agregou riqueza por real de receita, chegando, em 2008, a agregar R$0,75 por real de receita.

Em 2010, na média do período, observa-se que o setor de Construção e Transportes gera 84,7% da riqueza por meio da atividade principal e recebe em transferência 15,3%. Pelo desvio padrão, verifica-se que a amostra está menos dispersa no ano de 2010.

No geral, percebe-se que se trata de um setor com grandes diferenças na composição do valor adicionado. Enquanto as empresas com foco na construção geram a maior parte da riqueza, as do setor de transporte, com destaque para o transporte aéreo, têm grande parte do seu valor adicionado proveniente de transferências de terceiros, mais precisamente de receitas financeiras. Isto é curioso, pois, tradicionalmente, são empresas que utilizam alto aporte de capital de terceiros para financiar suas atividades e não o contrário.

Após conhecer o potencial de geração de riqueza, verifica-se o destino desta riqueza, conforme o CPC 09. Para isto, a Tabela 2 apresenta a remuneração de cada grupo.

Tabela 2 – Distribuição do Valor Adicionado do Setor de Construção e Transportes

Empresa	2007 (%)				2008 (%)				2009 (%)				2010 (%)			
	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP
CYRELA REALT	7,8	22,6	5,5	64,1	16,6	31,0	10,4	42,0	13,7	19,4	6,4	60,5	19,9	22,9	5,0	52,1
GAFISA	29,6	24,5	16,8	29,1	21,8	28,1	17,0	33,0	33,4	21,1	33,9	11,6	22,0	26,6	22,4	29,1
MRV	34,7	48,5	4,3	12,5	25,6	26,8	7,4	40,2	17,8	21,6	11,6	49,0	16,1	21,1	15,7	47,1
ROSSI RESID	19,6	27,4	19,4	33,6	23,0	18,6	21,3	37,1	17,5	19,2	24,1	39,3	18,7	18,8	22,9	39,6
CCR SA	11,0	29,7	26,8	32,5	9,9	28,7	28,9	32,5	9,4	26,5	38,2	25,9	9,7	26,0	43,2	21,1
GOL	29,7	21,1	7,3	41,9	31,6	18,9	97,9	-48,4	23,9	8,5	45,1	22,4	31,1	18,0	45,5	5,3
TAM S/A	27,5	29,6	30,4	12,5	28,5	10,5	88,8	-27,9	23,6	28,2	30,6	17,5	29,4	28,2	32,2	10,2
Média	**22,9**	**29,0**	**15,8**	**32,3**	**22,4**	**23,2**	**38,8**	**15,5**	**19,9**	**20,6**	**27,1**	**32,3**	**21,0**	**23,1**	**26,7**	**29,2**
Desvio Padrão	10,2	9,2	10,5	17,8	7,3	7,4	38,0	37,3	7,9	6,4	14,1	17,8	7,4	4,0	14,6	18,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Pela Tabela 2 pode-se traçar o perfil do setor e das empresas quanto à remuneração dada a cada grupo. Na remuneração do Pessoal (Pes.) a GOL destaca-se positivamente por destinar o maior percentual médio no período (29,1%). Na outra ponta, a CCR é a empresa que menos destinou para os colaboradores, com apenas 12,7%, no período.

Em relação ao valor destinado para o governo, evidenciado no grupo Impostos, Taxas e Contribuições (ITC), verifica-se que a MRV destaca-se pelo alto percentual médio da riqueza gerada destinada para remuneração deste grupo (29,5%). No mesmo período a GOL foi a empresa que destinou o menor percentual médio (16,7%). 2009 foi o ano em que o governo arrecadou o menor percentual (20,6%) do valor adicionado, sendo este o ano em que o governo federal concedeu incentivos fiscais ao setor na busca pela recuperação da crise financeira mundial.

Do valor destinado para remuneração dos financiadores externos, compreendidos no grupo Remuneração do Capital de Terceiros (RCT), o destaque negativo fica por conta da GOL, por destinar em média 49% da riqueza gerada para este grupo, fruto do seu alto grau de dependência de capital de terceiros. Na outra ponta, a CYRELA destinou a menor parte do valor adicionado (média de 6,8%) a este grupo. Destaca-se o aumento deste grupo na distribuição do valor adicionado.

Quanto à remuneração dos proprietários, acionistas e o valor retido na empresa, compreendidos no grupo Remuneração de Capital Próprio (RCP), percebe-se que a CYRELA é a que destina o maior percentual médio (54,7%) e a TAM o menor valor (3,0%), acentuado, principalmente pelo prejuízo apurado no período em 2008.

Na média de destinação da riqueza gerada no período pelo setor, verifica-se que 27,3% do valor foi destinado para Remuneração de Capital Próprio; seguido de Capital de Terceiros, 27,1%; Impostos, Taxas e Contribuições, 24%; Pessoal, 21,5%. Cumpre observar que mesmo havendo discrepâncias por organização, a média do setor mostra certo equilíbrio entre os grupos, tendo em vista que a variação é de apenas 5,8 pontos percentuais.

O desvio padrão indica que as diferenças na remuneração do Pessoal e do Governo estão diminuindo no período. As maiores desigualdades ocorrem no grupo Remuneração de Capital de Terceiros e Remuneração de Capital Próprio. Isto se deve ao fato de ser um setor em expansão e que demanda grandes aportes externos para sua atividade fim, razão pela qual a principal destinação da riqueza é para a remuneração do capital de terceiros.

4.1.2 Financeiros e Outros

O enfoque econômico da Demonstração do Valor Adicionado está voltado para a apresentação do valor agregado aos produtos ou serviços industrializados/comercializados pelas Companhias. A Tabela 3 apresenta a riqueza produzida e recebida de terceiros de cada empresa do setor Financeiro e Outros.

Tabela 3 – Geração de riqueza do setor Financeiro e Outros

Empresas	VALP (%)				VART (%)			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
BRADESPAR	80,9	88,3	90,1	92,3	19,1	11,7	9,9	7,7
ULTRAPAR	88,5	87,2	91,5	90,4	11,5	12,8	8,5	9,6
BRADESCO	99,8	99,2	96,8	97,9	0,2	0,8	3,2	2,1
BRASIL	99,2	94,2	102,7	100,1	0,8	5,8	-2,7	-0,1
ITAUSA	99,0	111,3	99,1	98,9	1,0	-11,3	0,9	1,1
ITAU/UNIBANCO	99,0	99,0	99,5	99,2	1,0	1,0	0,5	0,8
CIELO	92,4	92,8	89,1	86,6	7,6	7,2	10,9	13,4
REDECARD	69,2	75,9	75,7	75,9	30,8	24,1	24, 3	24,1
Média	**91,0**	**93,5**	**93,1**	**92,7**	**9,0**	**6,5**	**6,9**	**7,3**
Desvio Padrão	11,1	10,4	8,6	8,3	11,1	10,4	8,6	8,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 3 observa-se que, em média, a parcela do valor adicionado produzido pelas empresas com a sua atividade principal está reduzindo desde 2008 em uma escala de 0,4 pontos percentuais. No exercício de 2010 o ITAU/UNIBANCO foi a instituição que apresentou o maior percentual de geração de riqueza (99,2%) resultante dos negócios principais da organização, enquanto a REDECARD é a que possuía o menor percentual (75,9%). O BANCO DO BRASIL, como outras empresas, apresentou percentual de geração de riqueza superior a 100%, devido à perdas por equivalência patrimonial. Em termos monetários, a REDECARD é a empresa com o maior potencial de geração de riqueza por real de receita, sendo que em 2010 para cada real de receita foram agregados R$0,90 de riqueza, ou seja, é uma empresa que produz riqueza com baixo consumo de insumos adquiridos de terceiros, fato este proporcionado pela peculiaridade da sua atividade principal.

Percebe-se que este é um setor com alta capacidade de geração do valor adicionado líquido, sendo que a maior parte da amostra produziu mais de 90% de valor adicionado total, com a sua atividade fim.

A média aritmética mostra que o setor Financeiro e Outros gera 92,6% da riqueza com sua atividade principal e recebe em transferência 7,4%. O desvio padrão indica que os dados da amostra estão menos dispersos a cada exercício social. A Tabela 4 apresenta como ocorre a destinação da riqueza do setor em análise.

Tabela 4 – Distribuição do Valor Adicionado do setor Financeiro e Outros

Empresa	2007 (%)				2008 (%)				2009 (%)				2010 (%)			
	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP
BRADESPAR	12,8	25,2	10,1	51,9	14,3	10,4	19,7	55,5	16,8	25,0	3,4	54,8	11,0	21,9	8,9	58,3
ULTRAPAR	39,5	25,5	17,7	17,3	30,7	30,5	21,4	17,3	33,5	29,9	19,2	17,4	28,2	31,6	16,6	23,6
BRADESCO	29,2	28,6	3,1	39,2	35,8	19,0	2,7	42,5	27,8	33,7	2,4	36,1	27,5	34,2	2,0	36,3
BRASIL	46,6	26,4	0,0	26,9	37,1	24,6	1,5	36,8	32,3	29,4	1,4	36,9	36,8	29,6	1,8	31,9
ITAUSA	25,5	35,3	1,5	37,7	34,7	40,1	2,2	23,1	27,4	40,5	2,1	30,0	30,8	36,6	2,1	30,5
ITAU/UNIBANCO	26,0	34,7	1,6	37,7	38,9	18,0	2,5	40,5	31,4	34,9	2,5	31,2	35,9	27,0	2,4	34,7
CIELO	5,6	28,8	4,3	61,3	6,4	32,2	2,9	58,4	6,9	31,7	2,6	58,8	7,2	31,2	1,5	60,2
REDECARD	10,5	38,2	0,5	50,8	6,0	38,2	0,4	55,4	5,5	37,3	0,3	56,9	7,3	37,0	0,3	55,4
Média	**24,5**	**30,3**	**4,8**	**40,3**	**25,5**	**26,6**	**6,7**	**41,2**	**22,7**	**32,8**	**4,2**	**40,3**	**23,1**	**31,1**	**4,5**	**41,4**
Desvio Padrão	14,3	5,0	6,1	14,2	14,1	10,4	8,6	15,2	11,4	4,9	6,1	15,0	12,6	5,1	5,6	14,3

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 4 percebe-se que o BANCO DO BRASIL, na média, foi a instituição que destinou o maior percentual do valor adicionado para remunerar os colaboradores (38,2%) e a CIELO o menor percentual (6,5%). Uma das possíveis razões para este comportamento pode ser o fato de o Banco do Brasil ser a única instituição de economia mista, da amostra.

No grupo tributos, a ITAUSA foi a organização que destinou o maior percentual médio (38,1%). Já a BRADESPAR foi a que menos destinou (20,6%).

No grupo Remuneração de Capital de Terceiros, a ULTRAPAR foi a empresa que remunerou este grupo com os maiores percentuais, chegando a 18,7% da riqueza gerada. Já a REDECARD foi a que destinou o menor valor (0,4%).

A CIELO destaca-se por destinar, na média, para Remuneração do Capital Próprio 59,7% da riqueza gerada. Por sua vez, a ULTRAPAR é a que remunera seu capital com a menor parte (18,7%) do valor adicionado das empresas analisadas neste setor.

Pela média, constata-se que o setor Financeiro e Outros destinou a maior parte da riqueza para remunerar o Capital Próprio (40,8%); seguidodo grupo Impostos, Taxas e Contribuições (30,2%); Pessoal (23,9%) e Remuneração de Capital de Terceiros (5,0%). Analisando detalhadamente a remuneração do capital próprio, constata-se que a maior parte da riqueza possui como destino a renumeração dos acionistas das empresas, ou seja, o valor é distribuído a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Por fim, o desvio padrão mostra que há semelhanças entre a remuneração do governo e do capital de terceiros na amostra, resultado da regulamentação econômica do setor, e as disparidades na remuneração do corpo funcional reduziram de 2007

para 2010. Em relação às demais amostras desta pesquisa, este é o setor que possui o menor desvio padrão na remuneração do governo.

4.1.3 Materiais Básicos

O valor adicionado é sinônimo de riqueza gerada e representa o quanto que a empresa agrega à economia do país. A Tabela 5 mostra as riquezas produzidas e recebidas por transferência pelas empresas deste setor.

Tabela 5 – Geração de riqueza do setor de Materiais Básicos

Empresas	VALP (%)				VART (%)			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
DURATEX	90,7	88,8	96,0	96,7	9,3	11,2	4,0	3,3
FIBRIA	51,8	53,5	37,0	45,8	48,2	46,5	63,0	54,2
KLABIN S/A	65,1	76,6	48,1	82,1	34,9	23,4	51,9	17,9
VALE	94,7	82,1	95,1	98,8	5,3	17,9	4,9	1,2
BRASKEM	128,7	78,8	108,1	78,5	-28,7	21,2	-8,1	21,5
SID NACIONAL	93,5	85,6	88,2	101,6	6,5	14,4	11,8	-1,6
USIMINAS	96,2	85,2	71,5	84,0	3,8	14,8	28,5	16,0
Média	**88,7**	**78,6**	**77,7**	**83,9**	**11,3**	**21,4**	**22,3**	**16,1**
Desvio Padrão	24,6	11,9	26,6	19,1	24,6	11,9	26,6	19,1

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme evidencia a Tabela 5, este é um setor representado por empresas bem díspares na geração de riqueza, tendo em vista as alternâncias nos respectivos percentuais. Atualmente, por meio da média anual, verifica-se que a geração de riqueza com a atividade principal de cada companhia está reduzindo desde 2007, sendo o principal motivo o incremento na receita financeira que estas empresas vêm obtendo, conforme informações apresentadas na DVA. Atualmente, a VALE é a empresa que mais gera riqueza com a atividade fim (98,8%). No outro extremo encontra-se a FIBRIA, que nos últimos dois anos recebeu mais riqueza por transferência do que a gerada pela sua atividade fim. Em termos de valores monetários, praticamente todas as empresas agregam menos de R$0,50 por real de receita. A SIDERÚRGICA NACIONAL foi a que, na média, mais agregou riqueza (R$0,52), valores inferiores aos de outros setores, devido à necessidade de compra de insumos de terceiros para a geração da atividade fim.

A média indica que o setor de Materiais Básicos gera 82,3% de riqueza com a atividade principal e recebe por transferência 17,7%. O desvio padrão mostra que os dados estão menos dispersos em 2010 em relação a 2007 e 2009. Este é um setor que possui alta variação na geração do valor adicionado, conforme apresentou o cálculo do desvio padrão.

Após apresentar a geração de riqueza, a DVA exibe em sua segunda parte como a riqueza é distribuída entre os empregados, governo, financiadores externos e acionistas. A Tabela 06 traz a destinação do setor de Materiais Básicos.

Na Tabela 06, verifica-se que a KLABIN foi a empresa que destinou o maior percentual médio (23,5%) da riqueza gerada para remunerar os empregados. Já FIBRIA foi a que menos destinou (11,7%).

Em relação aos valores repassados para os governos federal, estadual e municipal, a título de tributos, a DURATEX, em média, foi a empresa que distribuiu o maior percentual do valor adicionado (41,5%). A FIBRIA é a que menos destinou (9,5%).

Em relação à remuneração dos financiadores externos, novamente a FIBRIA é destaque, mas por remunerar este grupo com os maiores percentuais, atingindo, na média, 76,1% da riqueza gerada. Na outra ponta, na Vale, foram destinados apenas 10,1%.

A VALE também é destaque por destinar o maior percentual da riqueza gerada (média de 54,6%) para remunerar o capital próprio. Já a BRASKEM se destacou por remunerar negativamente seus donos em 4,1% na média, resultado devido ao prejuízo contábil da empresa no ano de 2008.

A média anual de destinação da riqueza aponta que 31,5% da riqueza gerada foramencaminhadas para o Governo; seguida de 29,0%

Tabela 6 – Distribuição do Valor Adicionado do setor Materiais Básicos

Empresa	2007 (%)				2008 (%)				2009 (%)				2010 (%)			
	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP
DURATEX	13,5	49,4	16,0	21	13,6	45,6	19,8	21,1	35,9	37,6	8,78	17,7	27,4	33,3	9,56	29,7
FIBRIA	10,9	14,3	49,8	25	15,1	-4,3	149	-60	8,37	14,8	43,8	33	12,5	13,1	61,9	12,5
KLABIN S/A	20	31,9	14,9	33,3	29,1	22,7	95,4	-47	21,7	41,8	27	9,54	23,1	32,4	16,5	28
VALE	12,5	24,1	9,83	53,6	11,8	7,71	30,0	50,6	25,9	26,8	-6,3	53,5	11,4	20,9	6,9	60,8
BRASKEM	25,9	45,8	-9,7	19,4	18,2	17,4	144	-79	16,4	86,9	-17	13,8	12,4	28,1	29,6	29,9
SID NACIONAL	9,14	45,7	6,84	38,3	5,69	19,3	34,7	40,3	16,2	36,9	5,6	41,3	16,9	27,9	23,0	32,1
USIMINAS	14,8	43,6	0,99	40,6	11,2	33,9	21,6	33,2	20,7	45,7	9,27	24,3	23,3	38,3	10,2	28,1
Média	**15,2**	**36,4**	**12,7**	**33,0**	**15,0**	**20,3**	**70,6**	**-5,9**	**20,7**	**41,5**	**10,1**	**27,6**	**18,2**	**27,7**	**22,5**	**31,6**
Desvio Padrão	5,83	13,3	18,6	12,3	7,32	16,3	57,7	54,1	8,67	22,5	20,2	15,9	6,46	8,42	19,2	14,4

Fonte: Dados da pesquisa.

para o Capital de Terceiros; 21,9% para o Capital Próprio e 17,6% para o grupo Pessoal. O governo é o destinatário principal da riqueza gerada, fator influenciado pela diversidade de impostos que recaem sobre esse setor, tendo em vista que a atividade de cada empresa compreende o fato gerador de praticamente todos os impostos existentes no país. Este ônus, imposto às empresas desse setor, afeta negativamente todas as demais etapas do processo produtivo, aumentando seus custos e diminuindo-lhes sua competitividade.

No desvio padrão, verifica-se na amostra que as menores diferenças ocorrem em relação à remuneração do corpo funcional. Já no ano de 2008 este cálculo exibe grandes divergências na remuneração de Capital de Terceiros e Capital Próprio, sendo um ano atípico para o setor, tendo em vista os resultados apresentados, principalmente da Remuneração de Capital de Terceiros. Possivelmente são os reflexos da crise financeira que alcançam primeiro este setor da cadeia produtiva.

4.1.4 Telecomunicações

A riqueza gerada pela própria companhia e a recebida em transferência das empresas que compõem a amostra do Setor de Telecomunicações encontram-se na Tabela 07.

Na Tabela 7 pode-se aferir que este é um setor com alto percentual de valor adicionado líquido produzido pelas empresas e que não há grandes

Tabela 7 – Geração de riqueza do setor de Telecomunicações

Empresas	VALP (%)				VART (%)			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
BRASIL TELEC	92,9	90,8	86,3	87,8	7,1	9,2	13,7	12,2
TELEMAR	92,3	89,5	93,0	89,9	7,7	10,5	7,0	10,1
TELEMAR N L	92,8	90,0	93,1	90,4	7,2	10,0	6,9	9,6
TELESP	95,6	92,1	95,8	96,9	4,4	7,9	4,2	3,1
TIM PART S/A	94,4	83,6	87,9	91,6	5,6	16,4	12,1	8,4
VIVO	91,3	85,0	90,9	97,3	8,7	15,0	9,1	2,7
Média	**93,2**	**88,5**	**91,2**	**92,3**	**6,8**	**11,5**	**8,8**	**7,7**
Desvio Padrão	1,6	3,4	3,6	3,9	1,6	3,4	3,6	3,9

Fonte: Dados da pesquisa.

variações entre elas, ou seja, todas têm alta e equivalente capacidade de geração de riqueza com a atividade fim. O comportamento bastante similar entre empresas encontra explicações no fato de ser um setor regulado pelo governo federal.

Verifica-se na tabela que o valor adicionado líquido produzido pela empresa está se recuperando, mas os valores de 2007 são superiores aos de 2010. A VIVO é a companhia que mais gerou riqueza em 2010 com a atividade principal (97,3%). Analisando valores monetários, a Brasil Telecom apresentou o melhor resultado do período de análise em relação à geração de riqueza por real de receita auferida (R$0,57 no ano de 2010). Pelas informações apresentadas na DVA, verifica-se que neste setor os valores das Depreciações/Amortizações são relevantes, se comparados aos insumos adquiridos de terceiros, fator este influenciado pela necessidade de investimentos expressivos em ativos imobilizados.

Com a média verificou-se que o setor de Telecomunicações gera 91,3% de riqueza com suas atividades fim e recebe 8,7% em transferência relacionada a receitas financeiras e resultados de equivalência patrimonial. Por fim, o desvio padrão indica que a dispersão dos resultados está aumentando com o passar dos anos.

A distribuição da riqueza gerada encontra-se em destaque na Tabela 08.

Tabela 8 – Distribuição do Valor Adicionado do setor de Telecomunicações

Empresa	2007 (%)				2008 (%)				2009 (%)				2010 (%)			
	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP
BRASIL TELEC	8,98	66,9	13,2	10,8	10,3	61,7	15,8	12,0	20,0	77,5	24,7	-22	10,8	49,6	15	24,5
TELEMAR	5,35	56,7	16,0	22,0	6,44	56,6	26,0	11,0	8,97	48,9	19,9	22,2	10,3	55,7	24,8	9,19
TELEMAR N L	5,35	57,1	15,0	22,6	6,38	55,7	26,1	11,7	8,68	47,7	21,8	21,8	9,93	54,0	26,5	9,58
TELESP	6,68	76,8	9,6	21,3	5,25	65,2	13,7	21,6	5,01	69,3	10,7	22,1	6,82	52,0	10,2	23,2
TIM PART S/A	9,19	76,8	12,9	1,18	7,69	65,2	24,5	2,53	6,71	69,3	19,0	4,97	6,09	52,0	15,2	26,7
VIVO	9,94	66,5	25,2	-1,7	7,51	58,3	29,3	4,95	8,38	60,4	22,3	8,95	9,51	62,0	12,5	16,0
Média	**7,6**	**66,8**	**15,3**	**12,7**	**7,3**	**60,5**	**22,6**	**10,6**	**9,6**	**62,2**	**19,7**	**9,6**	**8,9**	**54,2**	**17,4**	**18,2**
Desvio Padrão	2,04	8,9	5,33	10,9	1,71	4,22	6,3	6,64	5,29	12,1	4,84	17,3	1,98	4,31	6,7	7,73

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 8 verifica-se que, na média, a BRASIL TELECOM foi a que destinou o maior percentual da riqueza gerada para o grupo Pessoal (12,5%). Por outro lado, a TELESP foi a que remunerou pior este grupo (abaixo de 6,0%).

A média do período indica que a TIM destinou a maior parte da riqueza gerada para remuneração do Governo (65,8%). Já a TELEMAR N L foi a que destinou o menor percentual (53,6%). Observa-se neste setor que a remuneração deste grupo supera 50% da riqueza gerada, ou seja, o governo é o "sócio maior" de todas as empresas.

Na remuneração do Capital de Terceiros a TELEMAR N L e a VIVO destinaram em média 22,3% da riqueza gerada. Por outro lado a TELESP foi a que menos destinou, chegando ao nível médio de aproximadamente 11,0%.

A TELESP é destaque por ser a empresa que destinou o maior valor percentual médio para remunerar o capital próprio (22,1%). A BRASIL TELECON foi a que pior remunerou o capital próprio no período (média de 6,3%), fruto do prejuízo apurado em 2009.

Após apresentar os pontos extremos, a média indica que 60,1% da riqueza obtida no período foi destinada para o Governo; seguida de 18,7% para remunerar o Capital de Terceiros; 12,8% para remunerar o Capital Próprio e 8,3%, o do Pessoal. Mesmo havendo pontos extremos, o setor de Telecomunicações é o que possui as menores oscilações em relação à remuneração de cada grupo, conforme indica o cálculo do desvio padrão. O grupo Pessoal é o que possui a menor diferença.

O comportamento detectado neste setor deve-se a diversos aspectos como por exemplo: i - o alto valor destinado para o governo decorre do fato deste "produto" ser enquadrado tributariamente, como "supérfluo", consequentemente, a carga tributária que lhe é imposta é maior; ii - a baixa oscilação na remuneração de cada grupo pode se justificar pelo alto nível de concorrência que estas empresas enfrentam no mercado, logo, é necessário reduzir cada vez mais os seus gastos para continuar no negócio; iii – a pouca variação entre as empresas decorre do fato de ser um setor regulado.

Tabela 09 – Geração de riqueza do setor de Utilidade Pública

Empresas	VALP (%)				VART (%)			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
SABESP	96,8	93,5	95,1	93,5	3,2	6,5	4,9	6,5
CEMIG	88,1	90,3	92,9	92,9	11,9	9,7	7,1	7,1
CESP	81,7	103,8	83,3	118,1	18,3	-3,8	16,7	-18,1
COPEL	92,2	90,7	93,5	87,7	7,8	9,3	6,5	12,3
CPFL ENERGIA	95,0	93,5	95,4	94,0	5,0	6,5	4,6	6,0
ELETROBRAS	57,2	74,9	65,1	74,6	42,8	25,1	34,9	25,4
ELETROPAULO	95,1	93,3	92,4	96,3	4,9	6,7	7,6	3,7
TRAN PAULIST	92,2	98,1	91,5	97,2	7,8	1,9	8,5	2,8
Média	**87,3**	**92,3**	**88,6**	**94,3**	**12,7**	**7,7**	**11,4**	**5,7**
Desvio Padrão	13,1	8,3	10,2	12,0	13,1	8,3	10,2	12,0

Fonte: Dados da pesquisa.

4.1.5 Utilidade Pública

As riquezas produzidas por uma empresa mostram sua importância para a economia. A Tabela 09 apresenta as características de geração de riqueza do setor de Utilidade Pública.

Observando a Tabela 9, verifica-se uma evolução na maior parte das empresas em relação à geração de riqueza resultante da atividade principal, ou seja, a maior parte das empresas aumentou o percentual de geração de riqueza própria de 2007 para 2010. A TRAN PAULIST é a companhia que mais gera riqueza (97,2%) com a sua atividade fim. O Resultado expressivo da CESP ocorre devido à inclusão da conta genérica "Outras Despesas e Receitas" no grupo do valor adicionado recebido em transferência. Examinando o setor por meio de valores monetários, novamente em 2010 a TRAN PAULIST é destaque por ser a companhia que mais agregou riqueza a seus produtos por real de receita auferida (R$0,67).

O setor gera, na média, 90,6% da riqueza com a atividade principal e recebe por transferência 9,4%. Este é um setor que possui alta variação na geração do valor adicionado, conforme apresentou o cálculo do desvio padrão. A Eletrobrás possui resultados destoantes das outras empresas devido ao grande resultado de equivalência patrimonial, fruto da gama de companhias elétricas por ela controladas.

A Tabela 10 mostra a distribuição da riqueza gerada entre os quatro grupos que compõem a parte social da DVA.

Tabela 10 – Distribuição do Valor Adicionado do setor de Utilidade Pública

Empresa	2007 (%)				2008 (%)				2009 (%)				2010 (%)			
	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP	Pes.	ITC	RCT	RCP
SABESP	28,4	28,9	16,8	25,8	26,7	22,6	32,3	18,4	32,6	31,6	2,4	33,4	23,6	29,3	16,5	30,7
CEMIG	12,0	57,7	14,1	16,2	13,5	58,9	10,5	17,1	12,5	59,5	10,0	18,0	11,9	56,3	13,8	18,0
CESP	6,4	38,2	46,6	8,7	8,3	40,3	45,3	-124	8,0	24,0	45,3	22,7	11,4	26,7	56,3	5,6
COPEL	10,0	61,9	6,3	21,8	10,7	61,7	7,3	20,2	14,5	64,1	6,3	15,0	12,9	65,6	5,0	16,5
CPFL ENERGIA	4,9	65,5	9,2	20,5	5,6	64,6	12,6	17,2	6,5	64,2	8,7	20,6	5,7	65,4	10,9	18,0
ELETROBRAS	26,1	16,5	44,3	13,6	27,4	31,0	-2,1	43,7	30,8	11,3	49,9	8,1	32,3	26,6	25,1	16,0
ELETROPAULO	8,8	57,7	6,8	26,6	7,1	55,5	3,5	34,0	9,7	68,9	3,6	17,7	7,7	71,4	2,5	18,4
TRAN PAULIST	5,6	36,6	1,9	56,0	4,8	35,9	5,0	54,3	8,6	34,5	10,0	46,8	9,5	33,9	9,4	47,2
Média	**12,8**	**45,4**	**18,2**	**23,7**	**13,0**	**46,3**	**14,3**	**10,1**	**15,4**	**44,8**	**17,0**	**22,8**	**14,4**	**46,9**	**17,4**	**21,3**
Desvio Padrão	9,3	17,8	17,4	14,4	9,1	15,8	16,1	56,0	10,4	22,0	19,1	12,1	9,0	19,6	17,2	12,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à parte da riqueza destinada para remunerar os funcionários, a ELETROBRAS foi a empresa que destinou o maior percentual (média de 29,2%) e a CPFL o menor valor (média de 5,7%) da riqueza gerada.

Dos valores destinados para o governo, a título de tributos, a CPFL foi a empresa que destinou a maior parte da riqueza gerada para este grupo (média de 64,9%). Já a SABESP foi a que, na média, menos destinou para remunerar o governo (28,1%). Destaca-se que essas empresas atuam em ramos de atividades distintas (energia e águas e saneamento). Logo, há diferenças na carga tributária.

A ELETROPAULO é destaque por ter sido a empresa que, na média, menos destinou riqueza para remunerar o Capital de Terceiros (4,1%) e a empresa que mais destinou riqueza para este grupo foi a CESP, com média de 48,4% do total de riqueza gerada.

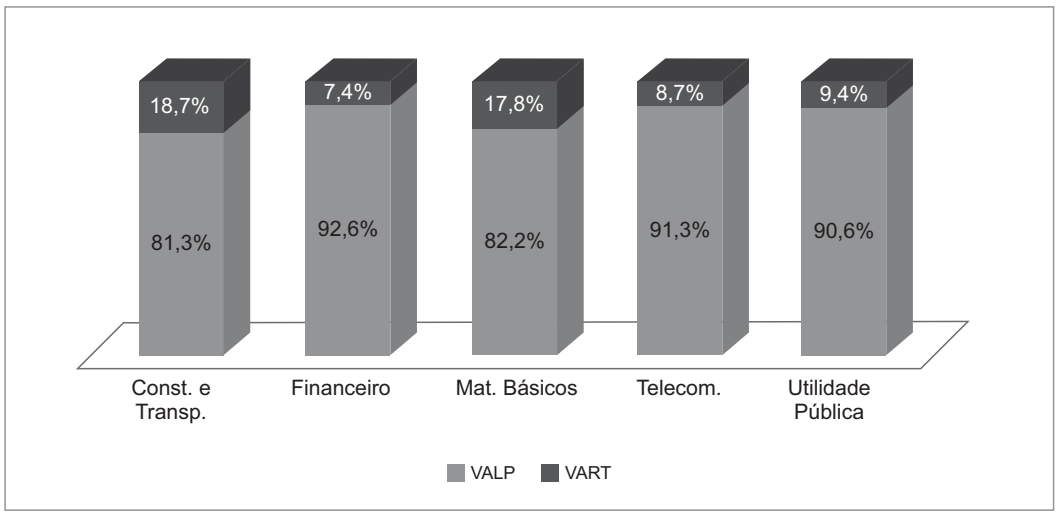
Dos valores destinados para Remuneração do Capital Próprio, a TRAN PAULIST foi a empresa que, na média, mais destinou (51,1%) e é da CESP o menor valor percentual destinado (média de - 21,8%, fruto do prejuízo apurado em 2008).

Na análise do setor pela média, constata-se que as empresas destinaram, no período, 45,8% da riqueza para o Governo a título de tributos; 19,5% para a Remuneração do Capital Próprio; 16,7% para Remuneração de Capital de Terceiros e 13,9% para o grupo Pessoal. O desvio padrão mostra que as menores diferenças na remuneração dos grupos ocorrem no Pessoal sendo que a dispersão varia ente 9 e 10 pontos percentuais. Este resultado se deve, como abordado anteriormente, à existência de empresas com áreas de atuação distintas, no mesmo setor.

4.2 Análise entre Setores

Este tópico tem por objetivo realizar uma análise comparativa entre os cinco setores, por meio da média do período, em relação à geração e distribuição de riqueza. Primeiramente, o Gráfico 1 exibe as informações, por setor, de geração de riqueza pela própria empresa (VALP) e a recebida em transferência (VART).

Gráfico 1 – Geração de Riqueza dos setores, pela média do período



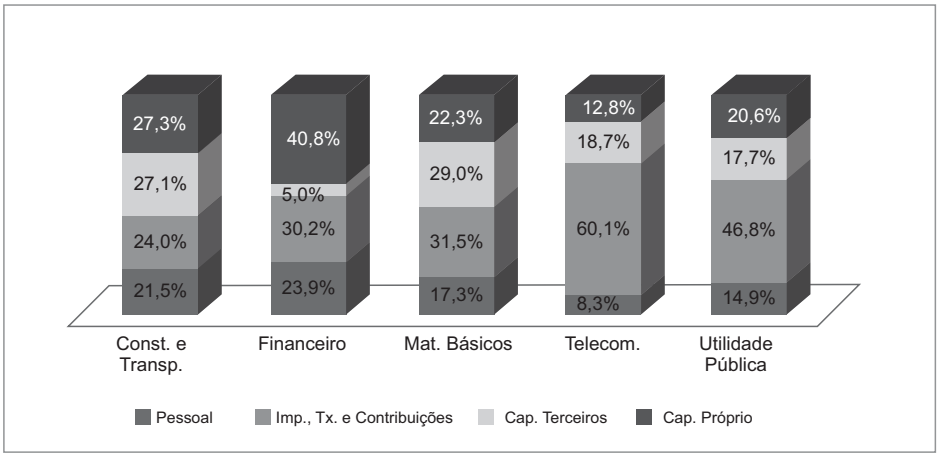
Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando o Gráfico 1, constata-se que o setor de Financeiro é o que mais gera riqueza (92,6%) com a atividade fim e o de Construção e Transportes o que menos gera (81,3%). Em relação à riqueza recebida em transferência, o setor de Materiais Básicos é o que mais recebe riqueza (R$0,11) e o de Telecomunicações o que menos recebe (R$0,04).

Dos setores em estudo, Construção e Transportes e Materiais Básicos são os que apresentam os maiores percentuais de riqueza proveniente de atividades que não são objeto fim da empresa. Os setores de Telecomunicações e Utilidade Pública são os que possuem as maiores semelhanças na constituição do valor adicionado e os maiores índices de riqueza gerada pela atividade fim.

Após estudar a geração do valor adicionado, o Gráfico 2 mostra como a riqueza gerada está sendo distribuída pelos cinco setores.

Gráfico 2 – Distribuição da riqueza gerada pelos setores, na média do período



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 2 permite visualizar que o percentual da riqueza destinada para o grupo Pessoal é maior no setor Financeiro (23,9%) e menor nas Telecomunicações (8,3%). Entre os quatro grupos de remuneração, o grupo Pessoal, em quatro dos cinco setores (Construção e Transporte, Materiais Básicos Telecomunicações e Utilidade Publica), foi o que recebeu a menor parte da riqueza gerada.

A remuneração do Governo, representada pelos tributos, destaca-se nos setores de Telecomunicações (60,1%) e Construção e Transportes (24,0%) em termos de extremos opostos de remuneração. Estes dados dão indicativos sobre as políticas tributárias em vigor no país, visto que a política tributária vai muito além da simples finalidade arrecadatória, constituindo-se num importante mecanismo de gestão da economia.

Em relação à ordem de destinação da riqueza, nos setores de Utilidade Pública, Telecomunicações e Materiais Básicos, o governo é o que recebe a maior parte da riqueza. Nos demais setores, este grupo é o segundo (Financeiro) e terceiro (Construção e Transporte) mais bem remunerado.

Em relação à remuneração do capital de terceiros, o valor variou entre 5,0% (Financeiro e Outros) e 29% (Materiais Básicos). Já a Remuneração do Capital Próprio variou de 40,8% (Financeiro e Outros) a 12,8% (Telecomunicações). A Remuneração do Capital de Terceiros não foi a maior em qualquer dos setores, mas no de Materiais Básicos (31,2%) e Telecomunicações (20,2%) e Construção e Transportes (27,1%) foi o grupo que recebeu a segunda maior parte da riqueza gerada. Nos demais setores ocupou a terceira e última posições. Já a Remuneração do Capital Próprio foi destaque no setor de Construção e Transportes (27,3%) e Financeiro (40,8%), sendo o grupo que recebeu a maior parte da riqueza gerada no período, e nos outros setores ocupou a segunda e a terceira posição.

Comparando os setores, quanto à remuneração, constata-se que os de Materiais Básicos e Telecomunicações mantêm a mesma ordem de destinação da riqueza. Os setores de Construção e Financeiro possuem semelhança apenas na remuneração do grupo mais bem remunerado, que é o de capital próprio. O setor de Utilidade Pública, a exemplo dos setores Materiais Básicos e Telecomunicações, é o que destina a maior parte da riqueza para remunerar o Governo, enquanto que o de Colaboradores é o grupo que menos recebeu.

Todos os setores juntos destinaram em média 38,5% da riqueza gerada para o Governo, distribuição esta puxada especialmente pelos setores de Telecomunicações e Utilidades Públicas. Em seguida, vem a remuneração do Capital Próprio, 24,8%; Capital de Terceiros, 19,5% e os Colaboradores, com 17,2% do total de riqueza gerada pelas empresas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo verificar como ocorre a geração de riqueza e sua respectiva destinação, em cinco setores econômicos classificados na BM&FBOVESPA.

A amostra do trabalho foi constituída de 36 empresas que compunham o Índice Bovespa, no segundo quadrimestre de 2010, compreendendo os

setores de Construção e Transporte, Financeiros e Outros, Materiais Básicos, Telecomunicações e Utilidade Pública. Os dados utilizados na análise foram extraídos da Demonstração do Valor Adicionado dos exercícios de 2007, 2008, 2009 e 2010, sendo este o intervalo de análise.

Percebeu-se que o valor adicionado gerado é composto do produzido pela empresa e do recebido de transferência. Na média o setor que produziu o menor valor adicionado foi Construção e Transporte, com 81,3%. O setor que mais produziu foi o Financeiro e Outros, com 92,6%, seguido de Telecomunicações, Utilidades Públicas e Material Básico. Cada setor produziu respectivamente 91,3%, 90,6% e 82,2%. Constatou-se que o valor adicionado recebido em Transferência na sua maioria é composto por receitas financeiras e não por equivalência patrimonial.

Quanto à distribuição da riqueza gerada entre os quatro grupos que compõem a vertente social da DVA, constatou-se que três dos cinco setores analisados (Telecomunicações, Utilidade Pública e Materiais Básicos) destinaram a maior parte para o Governo, ou seja 60,1%, 46,8% e 31,5%, respectivamente. Os mesmos setores foram os que menos destinaram para a sua força de trabalho, com 8,3%, 14,9% e 17,3%, respectivamente. Por outro lado, os setores Financeiro e Construção e Transportes destinaram 40,8% e 27,3%, respectivamente, para remunerar os donos do capital. A remuneração do Governo ficou com 30,2% e 24,0% em cada um dos setores.

Neste contexto, os resultados evidenciam a alta carga tributária praticada no país, mostrando, inclusive, desigualdades expressivas entre setores econômicos que fornecem produtos essenciais. O fato é interessante e ao mesmo tempo alarmante, pois o Governo, por meio da legislação, está captando a maior parte da riqueza gerada pelas entidades, a título de Impostos, Taxas e Contribuições. Outro item crítico, verificado na análise, é o valor da remuneração dos trabalhadores, pois este grupo é essencial para que a organização alcance seus propósitos e, no entanto, não está recebendo o devido reconhecimento, conforme exibe a distribuição do valor adicionado, o qual em praticamente todos os setores aparece como um dos grupos com menor remuneração.

Entre as recomendações para futuros trabalhos destaca-se a possibilidade de ampliar a pesquisa, com a identificação e a análise da DVA em outros setores da economia, que apresentaram poucas empresas, bem como a ampliação da revisão, para serem incluídas outras bases de dados, como ISI, Scielo, Dialnet, Latindex, etc, o que aumentará a possibilidade de inclusão de revistas inglesas, brasileiras, entre outras possibilidades, além de realizar pesquisa sobre a DVA em outros países.

REFERÊNCIAS

BM&FBOVESPA, Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Disponível em: < http://www.bmfbovespa.com.br > Acesso Julho/2010

BRASIL. **Lei n.º 6.404,** de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Texto compilado e consolidado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 02/out/2011.

BRASIL. **Lei n.º 11.638,** de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 03/out/2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09**. Disponível em: http:< http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf> Acesso em 02/out/2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado**. Disponível em: http:< *www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1138.doc*> Acesso em 02/out/2011.

COSENZA, José Paulo; GALLIZO, José Luiz; JIMENEZ, Fernando. A participação dos agentes econômicos no valor adicionado: estudo empírico na indústria siderúrgica brasileira no período 1996/2000, **Contabilidade Vista & Revista**, v. 13, n. 2, p. 37-65, ago. 2002.

CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento de Mensuração da Distribuição da Riqueza, **Revista Contabilidade & Finanças***,* n. 37, p. 7-23, 2005.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**.** São Paulo: Atlas, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sergio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R; SANTOS, Ariovaldo dos. **MANUAL DE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA**: aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LARKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, Ana Paula Ferreira; RAMOS, Walter de Jesus Oliveira; SOUZA, Érica Xavier de Souza. Análise financeira da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) das empresas do setor elétrico brasileiro. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 13, n. 3, p. 71-92, dez. 2002.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada e analise das Demonstrações Financeiras**. 12. ed. São Paulo: Frase Editora, 2003.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Ariovaldo dos; CHAN, Betty Lilian; SILVA, Fabiana Lopes da. Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 3, n. 2, p. 06-21, maio/agosto 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. Florianópolis, 2001. Disponível em: < http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf > Acesso em: 18/09/2010.

SILVA, Guilherme Júlio da; NASCIMENTO, Vanessa Marcela. Uma análise comparativa entre a demonstração das origens e aplicações de recursos, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado. **Revista Contemporânea de Contabilidade***,* Florianópolis, 01, p. 73-107, 2005.

SOUZA, Marcos Antonio de, et al. Evidenciação voluntária de informações contábeis por companhias abertas do sul brasileiro. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 4, p. 39-56, out./dez. 2008.

ENDEREÇO DOS AUTORES:

FÁBIO KLÖPPEL
Campus Universitário | Centro Sócio Econômico
Curso de Ciências Contábeis - Caixa Postal 476
Trindade | Florianópolis/SC | 88040-900
E-mail: fabiokloppel@hotmail.com

DARCI SCHNORRENBERGER
Rua Manoel Pizzolati, 247, Bloco A10 Apto14
Jardim Altântico | Florianópolis/SC | 88095-360
E-mail: darcisc@gmail.com

ROGÉRIO JOÃO LUNKES
Campus Universitário | Centro Sócio Econômico
Curso de Ciências Contábeis - Caixa Postal 476
Trindade | Florianópolis/SC | 88040-900
E-mail: rogeriolunkes@hotmail.com

Submissão: 06/02/2012
Aceito para publicação: 06/11/2012